



# Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
PDT ..... Deputado **PAULO MAIA**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**  
PT ..... Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volkmir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

**LEI N° 10.065**

DATA 20 de julho de 1992.  
SÚMULA Altera as Divisas do Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 26 de janeiro de 1.990, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Altera as divisas do Município de Fazenda Rio Grande, criado pela Lei n° 9.213, de 26 de janeiro de 1990, que passam a ser as seguintes:

"Começa no Rio Iguaçu na Foz do Rio Despique, daí sobe até a Foz do Arroio Despique, pelo qual sobe até encontrar a estrada Municipal 552, seguindo por essa estrada até encontrar o Rio Maurício, partindo daí até a sua Foz no Rio Iguaçu, por este subindo até encontrar o ponto de partida."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 20.07.92.

(a) HEINZ GEORG HERWIG  
Presidente em Exercício

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, José Alves, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César,

Curitiba, terça, em 04.08.92

Geraldo Cartário, João Iensen, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e Neivo Beraldin (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

Sob o n° ATCC 3093/92, do Sr. CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta a pedido de informações solicitadas pelos Deputados Paulo Maia, Algaci Túlio, Albino Corazza Neto, Cezar Silvestri e Emilia Belinati, esclarecendo as formas e condições em que foram celebrados contratos entre a Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR e as empresas E.P.C - Empresa Paranaense de Construções Ltda, e SERKOL - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda. - Ao conhecimento dos Deputados interessados.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1164**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, inclusão na Ordem do Dia do dia 05 de agosto de 1992, o Projeto de Lei n° 200/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 53/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 1173**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 159 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 149/92 (item 05), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar curso supletivo de 1º grau

no município que especifica.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 159 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 147/92 (item 04), de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar curso supletivo de 1° grau no município que especifica.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de acordo com o art. 65 do Regimento Interno desta Casa, licença para tratar de assuntos particulares, no período de 05 a 10 de agosto do corrente ano de 1992.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ALBINO CORAZZA

REQUERIMENTO N° 1162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. AZOR JORDÃO CAVALHEIRO, ocorrido no dia 01 de agosto do corrente ano, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO TORTATO, ocorrido no dia 02 de agosto do corrente ano, no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. ARNALDO JOSÉ HORN, ocorrido no dia 1° de agosto de 1992, na cidade de Ouro Verde do Oeste.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O luto e a dor não é só da família do falecido, mas também das autoridades e da comunidade em geral do município de Ouro Verde do Oeste.

Arnaldo José Horn, além de comerciante destacado, líder comunitário, era também presidente da Associação Comercial e Industrial, deixando uma grande lacuna pelo prematuro falecimento, 37 anos apenas.

Julgamos justo que a Assembleia Legislativa se associe à dor da família enlutada e da comunidade de Ouro Verde do Oeste.

Endereço: Av. Belo Horizonte, 223, Centro, Ouro Verde do Oeste-PR.

REQUERIMENTO N° 1175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. MAURO GONÇALVES.

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Mauro Gonçalves era vereador e presidente da Câmara de Vereadores de São Tomé-PR. Era membro do PTB. Deixa viúva a Sra. Maria Dirce Macarini Gonçalves.

Endereço: Av. José Madureira, esquina com Rua São Januário.

REQUERIMENTO N° 1161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta egrégia Casa, de voto de pesar pelo falecimento da Sra. NANCY PINTO DE MORAES, ocorrido no dia 29 de julho passado, na cidade de Francisco Beltrão, requerendo-se mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Dona Nancy Pinto de Moraes, nascida em Lagoa Vermelha-RS, em 27 de novembro de 1921, chegou a Francisco Beltrão no ano de 1952, em companhia do esposo Sr. Petroneo de Moraes, funcionário da antiga Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO.

Professora respeitadíssima, especialista em aplicação de currículo de 1° e 2° anos - 1° grau, logrou notável acervo de amizades e respeito dos empresários que sempre reconheceram na professora Nancy, uma "mestra especial".

Viúva desde setembro de 1979, dona

Nancy dividiu-se entre os filhos Carmem, Jairo, Ercílio Paulo, Ana Jussara, Petroneo Rogério, Rejaneci, Jorge, Moacir, Clori Fátima e Celso.

O professorado beltronense e toda a sociedade local, renderam justas homenagens a dona Nancy, que deixa uma marca indelével de sua passagem por Francisco Beltrão, merecendo, como mereceu o esposo, o registro requerido que haverá de merecer o voto unânime dos prezados Pares deste Parlamento paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 1160

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante suscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, um voto de profundo pesar pelo falecimento do detetive da Polícia Civil, ITACIR LUIZ MIOLLA, ocorrido no dia 18 de julho próximo passado.

Policial de linha de frente da instituição, Miolla exercia as funções de Superintendente da DEAM - Delegacia de Explosivos, Armas e Munições. Contudo, o seu sonho era tornar-se delegado de polícia e chegou a prestar concurso nesse sentido.

Líder na categoria policial, Miolla era casado, 41 anos de idade e três filhos, foi Presidente da União da Polícia Civil em 1990.

Homem de muitos amigos, Miolla deixou o nosso convívio abarrotado pelo trágico acidente do jatinho prefixo PT-LHX, no Morro do Divisor, em Iguape-SP.

Miolla será lembrado sempre pelos amigos, como um exemplo de coragem, determinação e trabalho. Sua partida não representará o esquecimento dentre aqueles que tiveram o privilégio de partilhar de sua amizade.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1158

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante suscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à GUARDA MUNICIPAL DE CURITIBA, pela comemoração do seu 4° aniversário de fundação, ocorrida no dia 1° de agosto próximo passado.

Instituição preconizada nos tempos em que o Deputado autor do presente exercia o mandato de vereador à Câmara Municipal de Curitiba, a GUARDA MUNICIPAL tem desenvolvido, durante a sua existência, um extraordinário trabalho na prevenção da criminalidade em Curitiba, sobretudo na sua materialização perante o patrimônio públi-

co.

O acerto dos trabalhos da Guarda Municipal em Curitiba assinalam os resultados positivos da proposta de municipalização dos serviços de segurança pública, conforme já reconhecido pela população.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1159

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante suscrito, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao médico Júlio Coelho, pela realização do primeiro transplante de fígado infantil no Estado do Paraná.

Marcos de Paula, 12 anos, recebeu um novo fígado há 18 dias, no Hospital de Clínicas da UFPR, o segundo centro capacitado no Brasil para realizar esse tipo de cirurgia. O transplante foi realizado na madrugada de 17 de julho próximo passado e durou oito horas e meia. Marcos sofria de moléstia congênita e teria poucos meses de vida caso não fosse realizada a cirurgia.

Este é o terceiro transplante de fígado realizado no Hospital de Clínicas sob a direção do experiente médico Júlio Coelho, de 37 anos. Apesar da complexidade da cirurgia infantil, Júlio Coelho vê, otimista, os resultados alcançados.

O Dr. Júlio Coelho é um grande pesquisador e tem colocado seus conhecimentos e sua experiência a serviço da busca de novos horizontes na técnica cirúrgica dos transplantes, única alternativa de vida para aqueles que têm comprometimento de um órgão vital.

Por estas razões requeremos ao Plenário da Assembleia Legislativa o presente voto de congratulações ao Dr. Júlio Coelho e à equipe que o assessorou na referida cirurgia.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1165

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando Voto de Congratulações e parabenizando a Prefeitura Municipal do Município de Londrina, Secretaria de Estado da Cultura e a Universidade Estadual de Londrina pela realização do FESTIVAL INTERNACIONAL DE LONDRINA, entre os dias 16 a 29 do mês de julho do corrente, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) EMILIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

O Festival de Música de Londrina é um evento de repercussão internacional, caracterizado pela mostra e pelo ensino da música, concentrando atividades de formação e aperfeiçoamento instrumental, vocal e embasamento musical.

A 12.<sup>a</sup> edição do Festival deveu-se ao esforço concentrado do Governo do Estado, através de sua Secretaria de Cultura e Universidade Estadual de Londrina, da Prefeitura Municipal do Município de Londrina e comunidade.

Os órgãos oficiais são responsáveis pela organização, criando a infra-estrutura necessária, investindo recursos financeiros, dando suporte institucional à mostra, que já é uma tradição na vida daquela cidade. Iniciado no ano de 1980, o Festival foi amadurecendo, e seus acordes foram rompendo as fronteiras nacionais e internacionais.

A iniciativa privada participa com recursos que possibilitam a realização de grandes concertos e projetos dentro do Festival, consolidando-o como um dos maiores e mais importantes eventos culturais do País. A prova disto são os números sempre mais expressivos a cada ano.

Desta vez, 950 alunos participaram dos 62 cursos oferecidos, orientados por professores do Brasil e de outros países, atividades que resultaram em mais de 70 apresentações e concertos.

Londrina, sem dúvida, sabe corresponder, com hospitalidade e aplausos, estes jovens que fazem do Festival uma oportunidade de troca de experiências, aprendizado e convivência.

## REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto plenário, REQUER, seja oficiado à Direção Estadual da Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná no sentido de que sejam fixadas melhores remunerações aos serviços de braçagem efetuados pelos trabalhadores do ramo de atividade ligado à carga, descarga, emblocamento, desemblocamento, ensaque e costura dos produtos agropecuários, e movimentação de mercadorias em geral pela concessão de percentuais de reajuste que diminuam a defasagem existente e recomponham o poder aquisitivo da categoria, e que os reajustes aplicados a esta atividade sejam mensais e contemplem o índice inflacionário.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) PAULO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

O telex número 910/92, de 7 de maio de

1992, da Codapar, fixou reajuste de 48% sobre os preços dos serviços de braçagem dos trabalhadores de movimentação de mercadorias. A recompensação do poder aquisitivo e a supressão da defasagem da remuneração hoje verificada para este segmento importaria da concessão de reajuste muito superior. O Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Ivaiporã entende que o serviço de descarga e ensaque, hoje remunerado a Cr\$ 40,76 por saco, deveria ser fixado em Cr\$ 150,00; a costura manual remunerada a Cr\$ 6,93 deveria ter seu custo fixado em pelo menos Cr\$ 15,00; o emblocamento remunerado a Cr\$ 42,43 deveria ser remunerado a Cr\$ 152,00; o serviço de apanha, ensaque, pesa, costura e arrasto, remunerado a Cr\$ 54,46 por saco, deveria ser remunerado a Cr\$ 189,00; a descarga direta na moega, cujo custo é de Cr\$ 82,54 por tonelada, deveria ser remunerado de Cr\$ 800,00 a Cr\$ 1.000,00. Um trabalho excessivamente pesado, que exige de quem o efetua um grande dispêndio de energia, deve ser melhor remunerado, até para que possam ter uma alimentação substancial e possam também sustentar os seus filhos.

## REQUERIMENTO N° 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Srs. José Afonso Junior e Mauricio Requião, digníssimos Secretário Especial do Esporte e Turismo e Superintendente da FUNDEPAR, respectivamente, no sentido de que seja incluído e agilizado a liberação de recursos para a construção de canchas poliesportivas cobertas, conforme o Programa "Nossa Quadra", para o Colégio Estadual D. Pedro II, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto Governamental "Nossa Quadra", cuja participação será da Secretaria de Esportes e da FUNDEPAR, objetiva a construção de quadras polivalentes cobertas nos estabelecimentos de Ensino criando espaços que propiciem as condições ideais para a prática de atividade física nos municípios do Estado.

Dentro dessa perspectiva gostaríamos de incluir o município Umuarama, o Colégio Estadual D. Pedro II, para ser atendido.

## REQUERIMENTO N° 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário

rio de Segurança Pública, Doutor José Moacir Favetti, no sentido de que seja viabilizado recursos para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para a Polícia Civil e Militar do município de Iporã.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

As questões envolvendo a insegurança de uma comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrante e denunciados casos de injustiça social. São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre trabalho e Capital, é o desemprego, é a recessão, enfim são consequências do inchaço populacional dos grandes centros e o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa ser protegida e a presença do Policial é hoje uma reivindicação primeira que exige a população. Precisa-se de mais viaturas, mais equipamentos e armas, enfim aparelhar melhor o aparato policial para dar tranquilidade para a população.

**REQUERIMENTO N° 1168**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Superintendente da FUNDEPAR e Exmo. Sr. Secretário de Esportes, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha esportiva coberta, no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1169**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado a Exma. Sra. Secretária de Cultura, expediente solicitando a efetivação de Convênio, entre a Secretaria e o Município de Irati, com vistas a construção de um teatro barracão.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1170**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, Requer à Mesa após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a implantação de acostamento na PRT-153, no trecho Rebouças a Riozinho de Baixo.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1167**

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 181/92, ao final subscritos, requer, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a fim de que o mesmo informe a esta Comissão, se a Rodovia Estadual Pr-466 já tem denominação, para que a pretensão do autor possa ser acatada.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

**REQUERIMENTO N° 1157**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "Querido Pai" publicado pelo Jornal O Estado do Paraná de 19 de julho próximo passado, de autoria do jovem Francisco Millarch dedicado à memória do jornalista Aramis Millarch, falecido no dia 12 de julho passado.

"A melhor herança que recebi foram os valores de integridade, honestidade, profissionalismo e de amizade que você me deixou", com estas palavras, numa determinada passagem de seu belíssimo e emotivo artigo, Francisco consegue sintetizar o que é não apenas um sentimento familiar, mas uma expressão coletiva dos amigos do Aramis.

A vida social e profissional do Aramis retratada em toda a sua ética e amabilidade pelo jovem Francisco serviria para justificar um longo requerimento de profundo pesar. Mas não é isto que queremos fazer deste texto protocolar. Será protocolar, porque assim regimentalmente deve ser. Terá o nome regimental de requerimento. Mas não estará isento de expressões superlativas e pessoais, como textos de natureza protocolar devem ser.

E que Aramis era superlativo: inteligentíssimo, fidelíssimo às suas convicções, dedicadíssimo às suas tarefas profissionais e aos amigos e apaixonadíssimo pela arte e pela cultura, estes ingredientes mágicos que movem a roda viva da sociedade.

Jovem na idade e já um ancião na sabedoria. Aramis Millarch é singular - é, porque está no tempo presente.

Há pares de Aramis na vida, pessoas

que partilham das suas preocupações humanas e que fazem do trabalho o melhor ofício para enfrentamento das adversidades e instrumento legítimo de transformação social. Mas não há fotocópias autenticadas.

E Francisco, revelado sensível em "Querido Pai" consegue dizer isso com a autoridade de quem viveu sob a égide paterna de Aramis.

Pedir que se transcreva nos Anais da Assembleia Legislativa o artigo de Francisco é escrever com letras maiúsculas na memória do Paraná o nosso reconhecimento ao Aramis e é pedir "carona" na bênção para continuar vivendo neste mundo e buscando, pelo menos a metade dos amigos e das realizações de um gigante, sobre os ombros de quem conseguimos enxergar mais longe.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ALGACI TOLIO

### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/92

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, até 03 de outubro de 1992, serão realizados da seguinte forma:

I - As segundas-feiras serão destinadas aos trabalhos das comissões técnicas e/ou especiais;

II - as terças, quartas e quintas-feiras serão destinadas às sessões plenárias.

Parágrafo Único - Nas quintas-feiras, as sessões plenárias serão realizadas a partir das 10 horas.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

(aa) ERONDY SILVERIO, NILTON BARBOSA, HERMAS BRANDÃO, PAULO MAIA, CEZAR SILVESTRI E ELIO RUSCH.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 205/92

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Município de Jaguariaíva o Hospital "Carolina Lupion", pertencente à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Parágrafo Único - Ficam municipalizados os serviços de saúde, bem como a transferência dos bens imóveis, móveis, semoventes, instalações e equipamentos.

Art. 2° - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, repassará ao Município de Jaguariaíva os recursos financeiros oriundos do sistema Único de Saúde (SUS), destinados à manutenção daquele estabelecimento hospitalar.

Art. 3° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Um dos importantes avanços da Saúde Pública em nossa Constituição Federal, é o Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizando administrativamente e financeiramente os serviços públicos prestados nesta área.

Agora, cabe ao Município gerenciar a assistência médica à população, recebendo para tanto os recursos oriundos do Governo Federal e do Governo Estadual.

A nossa proposição, transferindo ao município de Jaguariaíva o "Hospital Carolina Lupion", pretende avançar o processo de municipalização do SUS em nosso Estado.

Dada a sua importância, confiamos contar com o inestimável apoio dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 206/92

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Art. 1° - Com fundamento em transtorno em saúde mental, ninguém sofrerá limitação em sua condição de cidadão e sujeito de direitos, internações de qualquer natureza ou outras formas de privação de liberdade sem o devido processo legal nos termos do Art. 5°, Inciso LIV, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A internação voluntária de maiores de idade em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares exigirá laudo médico que fundamente o procedimento, bem como informações que assegurem ao internado formar opinião, manifestar vontade e compreender a natureza de sua decisão.

Art. 2° - A reforma psiquiátrica consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada e variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospi-



tais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares.

Art. 3º - Fica vedada a construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento, pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais.

§ 1º - É facultado aos hospitais psiquiátricos a progressiva instalação de leitos em outras especialidades médicas na proporção mínima dos leitos psiquiátricos que foram sendo extintos, possibilitando a transformação destas estruturas em hospitais gerais.

§ 2º - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei, serão reavaliados todos os hospitais psiquiátricos, visando aferir a adequação dos mesmos à reforma instituída, como requisito para a renovação da licença de funcionamento, sem prejuízo das vistorias e procedimentos de rotina.

Art. 4º - Será permitida a construção de unidades psiquiátricas em hospitais gerais, de acordo com as demandas loco-regionais, a partir de projeto a ser avaliado e autorizado pelas secretarias e conselhos municipais de saúde, seguindo de parecer final da Secretaria e do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Estas unidades psiquiátricas deverão contar com áreas e equipamentos de serviços básicos comuns ao hospital geral, com estrutura física e pessoal adequado ao tratamento aos portadores de sofrimento psíquico, sendo que as instalações referidas no "caput" não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da capacidade instalada, até o limite de 30 (trinta) leitos por unidade operacional.

§ 2º - Para fins desta Lei, entender-se-á como unidade psiquiátrica aquela instalada e integrada ao hospital geral que prestem serviços no pleno acordo aos princípios desta Lei, sem que, de qualquer modo, reproduzam efeitos próprios do sistema hospitalocêntrico de atendimento em saúde mental.

Art. 5º - Quando da construção de hospitais gerais no Estado, será requisito imprescindível a existência de serviço de atendimento para pacientes que padecem de sofrimento psíquico, guardadas as necessidades de leitos psiquiátricos locais e/ou regionais.

Art. 6º - As instituições privadas de saúde é assegurada a participação no sis-

tema estabelecido nesta Lei, nos termos do Art. 199 da Constituição Federal.

Art. 7º - A reforma psiquiátrica, na sua operacionalidade técnico-administrativa, abrangerá, necessariamente, na forma da Lei Federal e respeitadas as definições constitucionais referentes às competências, os níveis estadual e municipais, devendo atender às peculiaridades regionais e locais, observando o caráter articulado e integrado do Sistema Único de Saúde.

§ 1º - Os Conselhos Estadual e municipal de Saúde, constituirão Comissões de Reforma Psiquiátrica, com representação de trabalhadores em saúde mental, autoridades sanitárias, prestadores e usuários dos serviços, familiares, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da comunidade científica, deverão propor, acompanhar e exigir das secretarias Estadual e municipais de saúde, o estabelecido neste artigo.

§ 2º - As secretarias Estadual e municipais de saúde disporão de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei, para apresentarem, respectivamente, aos conselhos Estadual e municipais de saúde o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.

Art. 8º - Os recursos assistenciais previstos no Art. 2º desta Lei serão implantados mediante ação articulada dos vários níveis de governo, de acordo com critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, sendo de competência dos conselhos Estadual e municipais de saúde o exame das condições estabelecidas pelas secretarias Estadual e municipais de saúde, para a superação do modelo hospitalocêntrico.

Parágrafo Único - Os conselhos Estadual e municipais de saúde deverão exigir critérios objetivos, respectivamente, das secretarias Estadual e municipais de saúde, para a reserva de leitos psiquiátricos indispensáveis nos hospitais gerais, observados os princípios desta Lei.

Art. 9º - A implantação e manutenção da rede de atendimento integral em saúde mental será descentralizada e municipalizada, observadas as particularidades sócio-culturais locais e regionais, garantida a gestão social destes meios.

Parágrafo Único - As prefeituras municipais providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de conselhos comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal, assistir, auxiliar e orientar as famílias, de modo a garantir a integração social e



familiar dos que forem internados.

## DAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS

Art. 10 - A internação psiquiátrica compulsória é aquela realizada sem o expresso consentimento do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo o médico o responsável por sua caracterização.

§ 1º - A internação psiquiátrica compulsória deverá ser comunicada pelo médico que a procedeu, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade do Município Público, e quando houver, à autoridade de Defensoria Pública.

§ 2º - A autoridade do Ministério Público, ou, quando houver, da Defensoria Pública, poderá constituir junta interdisciplinar composta por 3 (três) membros, sendo um profissional médico e os demais, profissionais em saúde mental com formação de nível superior, para fins de formação de seu juízo sobre a necessidade e legalidade da internação.

Art. 11 - O Ministério Público realizará vistorias periódicas nos estabelecimentos que mantenham leitos psiquiátricos, com a finalidade de verificar a correta aplicação desta Lei.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Aos pacientes asilares, assim entendidos aqueles que perderam o vínculo com a sociedade familiar, e que se encontram ao desamparo e dependendo do Estado para sua manutenção, este providenciará atenção integral, devendo, sempre que possível, integrá-los à sociedade através de políticas comuns com a comunidade de sua proveniência.

Art. 13 - A Secretaria Estadual de Saúde, para garantir a execução dos fins desta Lei, poderá cassar licenciamentos, aplicar multas e outras punições administrativas previstas na legislação em vigor, bem como expedir os atos administrativos necessários à sua regulamentação.

Art. 14 - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei, a Reforma Psiquiátrica será reavaliada quanto aos seus rumos e ritmo de implantação.

Art. 15 - Compete aos conselhos municipais de saúde, observadas as necessidades regionais e com a homologação do Conselho Estadual de Saúde, a definição do ritmo de redução dos leitos em hospitais psiquiátricos.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

## PROJETO DE LEI N° 207/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o CORITIBA FUTEBOL CLUBE, com sede e foro nesta cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

## PROJETO DE LEI N° 208/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o PARANÁ CLUBE, com sede e foro nesta cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Após trinta dias de recesso, no qual tivemos a oportunidade de voltar às nossas bases e realmente ir a fundo nos problemas que nos preocupavam, chegamos a seguinte conclusão: após o movimento grandioso da Assembléia Legislativa contra o desmembramento do Paraná, vimos que nós, a Assembléia Legislativa, estamos brigando para que o Paraná não perca uma parte do seu território e enquanto isso o Poder Executivo esquece das coisas que são nossas e que estamos perdendo.

Cito, por exemplo, os postos de petróleo que são do Paraná, e o Governador simplesmente deixou que fossem para o Estado de Santa Catarina.

Cito também o gasoduto que seria construído pelo Paraná, o qual eu fui acusado de ser pessimista quando disse que esse gasoduto sairia por Corumbá, via São Paulo, e o Líder do Governo disse que eu era pessimista, que não era paranista e que viria este mesmo gasoduto ao Paraná.

Infeliz ou felizmente, estava errado, mais uma vez, o Líder Orlando Pessuti, e certo este Deputado; o gasoduto foi confirmado pelo Mato Grosso, via São Paulo.

Um outro problema foi a instalação da "Kaiser" em Ponta Grossa, à qual o Estado do Paraná não deu a mínima atenção e nós perdemos, também, esta obra que viria ao Paraná, um investimento de cem milhões de dólares.

Mas, o que me traz aqui e eu lembro muito bem o meu querido companheiro Parlamentar, Oswaldo Trevisan, quando me dizia que eu sempre trago alguma coisa relativa ao Porto de Paranaguá. E, hoje, eu trago um grave fato relativo ao Porto de Paranaguá.

O ano passado, em abril, usando esta tribuna eu dizia que o Porto de Paranaguá sofreria uma batimetria, e tão logo chegasse o resultado desta batimetria, o seu calado seria reduzido nos berços. Isto foi confirmado esta semana, quando o Comandante Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Capitão de Mar e Guerra, Nelson Pessoa Martinelli, determinou que no berço que a PETROBRAS usa no Porto de Paranaguá, fosse reduzido de 35 para 32 pés o seu calado. Isto significa um metro de linha d'água. Um metro significa algumas mil toneladas por navio, que não será mais embarcado através do Terminal da PETROBRAS.

Está sendo feito em Paranaguá e daqui a dez dias teremos o resultado de uma outra batimetria no resto do Porto de Paranaguá. E o Comandante Nelson Pessoa Martinelli não tem dúvidas, se realmente estiver assoreado como está, ele vai determinar que o calado do Porto de Paranaguá será diminuído, acarretando com isso que o Porto de Paranaguá perderá, o Estado perderá, e toda a economia paranaense, tão sofrida com o seu PIB diminuído, sofrerá também.

Esperamos nós, aqui, que o Governo do Estado, que tem esta atribuição, que tem este compromisso de dragar os berços do seu Porto, realmente o faça, porque até abril, até março, era competência do Governo Federal.

E a última dragagem foi feita no dia 20 de março. E agora nada mais foi feito. E a draga que estava em Paranaguá desapareceu. Como tudo que chega no Porto de Paranaguá desaparece no Porto de Paranaguá, como as três toneladas de carne que foram roubadas de um navio de segurança que tem o Porto de Paranaguá.

Estamos nós aqui preocupados com o desmembramento do Estado do Paraná, mas enquanto nós nos preocupamos que não nos roubem um pedaço de terra nós deixamos que outros Estados roubem as riquezas do Paraná e que a incompetência administrativa que está gerada neste Estado perca o Porto de Paranaguá uma grande parcela da sua economia. Esperamos com bastante apreensão que realmente se faça imediatamente uma dragagem nos berços e vou mais além, entre

as bóias um e três o Comandante Nelson Pessoa Martinelli já determinou a diminuição balizamento. Um navio para entrar no Porto precisa dos duzentos metros já entre as bóias um e três já está menor do que duzentos metros. Isso acarreta o que, que qualquer desvio, qualquer vento o navio pode encalhar, como aconteceu no passado com o navio Marina F.

Portanto, Senhores Deputados, vamos nos preocupar mais com o Estado do Paraná, vamos nos preocupar mais com as riquezas do Estado do Paraná, não vamos perder o Porto de Paranaguá como nós perdemos os postos de petróleo, o gasoduto e a "Kaiser".

Vamos de uma vez por todas menos política, mais trabalho, mais visão em prol do trabalhador e em prol das pessoas que moram e que trabalham e que pagam impostos neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente não há oradores inscritos. Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PST.

Declina.

PFL, se fará uso do seu horário.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Deputado Dr. Rosinha.

DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós hoje vivemos no País um Governo de falcatriuas e de mentira, assim como foi usada a mentira para chegar ao Governo, hoje Collor dois anos e meio após a sua posse continua mentindo à população. Não bastasse as mentiras, é um Governo dos mais corruptos da história do Brasil.

O Governo Collor jogou o País na pior crise econômica que já passamos, é um Governo de recessão e desemprego e muita corrupção. É PC Farias pagando as despesas pessoais do Presidente. É PC Farias usando do tráfego de influências para obter favores a quem lhe paga, e esses favores são tirados do dinheiro da população brasileira.

Nós, trabalhadores, já estamos cansados das mentiras, da corrupção, da recessão e do desemprego e esse cansaço tem gerado a desesperança para muitos dos trabalhadores.

Mas, nós do PT acreditamos que é possível superar toda essa crise e toda essa

falta de vergonha que hoje tem o nosso País e que hoje tem o nosso Governante maior o Presidente Collor. Nós, do Partido dos Trabalhadores através de esforços feitos pela nossa Bancada e o Deputado José Dirceu, conseguimos constituir uma CPI, CPI esta que trouxe esperança a todos nós, a esperança de que tudo isto fosse apurado e de que, através de mostrar à população toda essa corrupção fosse feito o "impeachment" do Governo Collor.

Não bastasse o PFL e alguns dos seus correligionários que têm apoiado Collor, aparece um Deputado Federal - infelizmente do Paraná - que a serviço de Collor, tenta dizer que os nossos Parlamentares são desonestos. Um sempre existe, sempre existe alguém a serviço do que há de mais obscuro e de mais escuso na nossa sociedade. E esse alguém infelizmente apareceu e é o Deputado Federal José Felinto, quando tenta dizer que os parlamentares da CPI são desonestos.

Mas nós temos certeza que essa máscara que ele tentou colocar nos outros, serviu certinho na cara dele. E hoje, passando vergonha, pediu para sair do Partido. E nós do PT vamos pedir - como já foi pedido através do Deputado José Dirceu e outros Deputados do PT, do PSDB e do PDT - a cassação de quem está a serviço dos corruptos e da mentira.

Nós do PT junto com outros partidos estamos promovendo agora, no dia 7 no Centro de Convenções, um encontro e um debate, um movimento e um ato político pela renúncia do Presidente Collor. Nós temos certeza que a superação da crise econômica, que a superação do desemprego, passa hoje pela saída de Collor do Governo. Ou seja, a saída do Brasil, o encontro do Brasil com o progresso, com o avanço da economia e com o avanço do emprego, essa saída é a saída de Collor da Presidência da República.

Nós não suportamos mais, tanta mentira e conclamamos os Srs. Deputados Estaduais, de Partidos que apóiam Collor como PRN e PFL, que se manifestem também contrários a esse governo desavergonhado e que exijam que Collor renuncie já e não fique esperando o "impeachment", porque o que já tem já é suficiente para ele pegar o boné e sair do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Encerrado o horário das Lideranças.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA  
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente, solicitando licença no pe-

ríodo de 05 a 10 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que dispõe sobre a criação do selo-símbolo para reciclagem de vidro, plástico e latas e dá outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A. e C.A.I.C.. (Publ. no D.A. nº 05, de 20.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 022/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, dispõe sobre a criação do selo-símbolo para a reciclagem de vidro, plástico e latas.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais, mais especificamente, com o inciso X, do artigo 207 da Constituição Estadual, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

##### PROJETO DE LEI Nº 022/92

Autor: Deputado Orlando Pessuti

P A R E C E R:

I. O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa criar selo-símbolo para reciclagem de vidro, plástico e latas e dá outras providências.

II. De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, § 14 do art. 33, não encontramos óbice para a tramitação do presente.

III. Diante do exposto, somos de pare-

cer favorável. pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 022/92

P A R E C E R

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva a criação de um selo-símbolo para reciclagem de vidro, plástico e latas e dá outras providências, conforme especifica.

Tanto a Comissão de Constituição e Justiça, quanto a de Ecologia e Meio Ambiente deram parecer favorável ao presente.

No que se refere à competência desta Comissão, nada há que obste sua tramitação.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em discussão.

A SRA. LYGIA PUPATTO (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria parabenizar o Deputado Orlando Pessuti pelo seu projeto porque eu sou da área. Fico feliz de ver que a nossa Assembleia se preocupa com as questões ambientais.

Mas, gostaria, Deputado, de alguns esclarecimentos sobre o projeto que não ficou claro para nós.

Qual seria o destino do material que ficaria nos containers acumulado, porque, pelo que nós observamos aqui, no artigo 3º que fala da regulamentação pelo Poder Executivo, em nenhum dos itens se coloca qual seria o encaminhamento que se daria aos detritos que estariam nesses containers.

Uma outra questão também de que, no artigo 1º que se fala em reciclagem de vidros, plásticos, isopores e latas e não se fala em papel. E já no § 1º, artigo 2º se fala em papel.

Então, seriam esses dois esclarecimentos, principalmente qual seria o destino desse material acondicionado nesses containers.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós agradecemos a preocupação da Deputada Lygia Pupatto, bem como do apoio da Mesa e dos demais Deputados desta Casa ao nosso projeto de lei.

É evidente que ao se elaborar o projeto nós estabelecemos que o Poder Executivo iria regulamentar. E a nossa intenção é de que nesse processo de regulamentação ficasse devidamente esclarecida a destinação desse material. Mas, como nós estamos discutindo esse projeto hoje em primeira discussão, nós teremos a oportunidade no dia de amanhã, através de emendas, suprir aquilo que entendemos não estar devidamente contemplado, tanto no que diz respeito à reciclagem do papel, como também no que diz respeito aos resíduos contidos nos containers.

Então, estaremos abertos para receber sugestões que poderão ser feitas através de emendas da autoria da própria Deputada Lygia Pupatto e de outros Deputados que queiram contribuir no sentido de melhorar e de dar mais clareza ao nosso projeto de lei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/92, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que faculta matrícula antecipada à 1ª série do 1º grau. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 056/92

Protocolo nº 1617/92

Súmula: Faculta matrícula antecipada à 1ª série do 1º grau.

Autor: Deputado Renato Adur.

P A R E C E R

O autor pretende facultar a matrícula escolar, em classe de 1ª série do ensino regular, às crianças que vierem completar 6 (seis) anos até a data oficialmente determinada. Justifica como forma de desburocratizar a matrícula daquelas crianças com menos de 7 (sete) anos de idade.

O projeto não contraria nenhum dispositivo constitucional e legal, razão que nos leva a opinar favoravelmente à sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 56/92

P A R E C E R

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, tem por finalidade facultar a matrícula antecipada à 1ª série do 1º grau.

O presente Projeto mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, constatando-se que não há óbice

de ordem constitucional, legal e regimental que impeça sua normal tramitação.

Quanto ao aspecto meritório deste, que cabe a esta Comissão analisar, o nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

ALBINO CORAZZA - Relator

#### Em discussão.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Discutir) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós entendemos desnecessário o projeto de lei desta natureza em função de que o próprio projeto é autorizatório e faculta ao Conselho Estadual de Educação definir a matéria.

Hoje já é o Conselho Estadual de Educação que define essas questões dentro da área de educação e ensino da Secretaria de Educação do Estado. E também já faculta hoje, já está facultado hoje através do Conselho Estadual de Educação a matrícula de crianças que vão completar os sete anos dentro do primeiro semestre, portanto, as crianças de 6 anos, às quais o Projeto está se referindo, já estão contempladas dentro da atual legislação. A criança que no primeiro semestre vai completar os 7 anos, portanto, que tenha 6 anos de idade, já está facultada a sua matrícula na rede escolar.

Nós entendemos desnecessário este Projeto e ao mesmo tempo ele é inócuo, porque o Conselho é que deverá fazer isso e também há a necessidade de um estudo pedagógico para alterar o currículo ou a idade da criança para o ingresso num currículo escolar mais qualificado. Isso entendemos necessário um estudo por parte do Conselho de Educação e também por parte da própria psicologia, para ver como uma criança de certa idade poderá ingressar num nível de ensino qualificado.

Portanto, nós queremos manifestar o nosso voto contrário a este Projeto, por entendermos desnecessário, voto da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação o Projeto. **Aprovado**, com os votos contrários da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Habilitação e Orientação do Excepcional do Paraná - IHOEPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado**. (Publ. no D.A. nº 51, de 05.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 107/92

#### PARECER

De autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o Instituto de Habilitação e Orientação do Excepcional do Paraná - IHOEPAR, com sede e foro na Capital.

Através de parecer anterior, havíamos solicitado diligências no sentido de ser anexado ao presente projeto o relatório de atividades da entidade, conforme disposto na Lei nº 6994.

Tendo sido satisfeita a referida providência, opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/92, de autoria do Deputado CLEITON CRISÓSTOMO, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de São Carlos do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. (Publ. no D.A. nº 69, de 25.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 147/92

#### PARECER

O Projeto de Lei 147/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo, trata da criação e implantação de Curso Supletivo de 1º grau no Município de São Carlos do Ivaí.

O Curso Supletivo já se encontra implantado em várias unidades escolares do Estado e o Projeto de Lei, de caráter autorizatório, não apresenta qualquer óbice à sua apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa, sendo favorável à sua aprovação.

S. m. j. é o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 147/92

#### PARECER

O Projeto de Lei nº 147/92, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado da Educação, a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de São Carlos do Ivaí.

O presente projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Esporte.

Esta Comissão não encontrou óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que possa impedir sua nor-

mal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 147/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Cleiton Crisóstomo, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1° grau, no Município de São Carlos do Ivaí, é de caráter autorizatório.

O presente Projeto, obteve parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, o que significa que não há impedimento legal, regimental e de técnica legislativa.

No âmbito desta Comissão, que analisa o mérito deste, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 10.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 147/92. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 147/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/92, de autoria do Deputado CLEITON CRISÓSTOMO, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso de supletivo a nível de 1° grau no Município de Guairacá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. (Publ. no D.A. n° 69, de 25.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 149/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 149/92, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo a nível de 1° grau, no Município de Guairacá - PR.

Encontramos ainda na iniciativa do autor, um fundo altamente meritório e educacional, proporcionando aos moradores daquela localidade a oportunidade de adquirir conhecimentos básicos, para uma melhor convivência dentro de nossa sociedade.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucio-

nal, que pudesse pôr obstáculos à normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu parecer favorável, pela aprovação da matéria ora em pauta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 149/92

Autor: Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

Súmula: Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1° grau no Município de Guairacá.

P A R E C E R:

O Plano de Lei, autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1° grau no Município de Guairacá.

Logrou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices, constitucionais, legais ou regimentais, somos por sua aprovação.

E o parecer, s. m. j..

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 149/92

Autor: Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO

Súmula: Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso Supletivo a nível de 1° grau no Município de Guairacá.

P A R E C E R:

Colheu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o presente Plano de Lei.

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, não havendo óbices constitucionais, legais e regimentais, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

EURIDES MOURA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 149/92.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimentos de n°s 1162, 1163, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.



Requerimento de nº 1161, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1164, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1159, 1158, 1160, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1166, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1157, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1156, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1150, 1151, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1165, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1168 a 1170, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1175, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022/92, 056/92 e 107/92.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO  
DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 040/92, 041/92, 044/92, 045/92, 046/92 e 048/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TOLIO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE AGOSTO DE 1992.

### "Querido Pai"

Segunda-feira, quando nos despedimos estava um dia lindo. O sol se punha à minha esquerda, a lua cheia subia à minha direita e você, meu pai, partia diante de mim sem que eu nada pudesse fazer. Você já deve ter lido as crônicas de seus amigos, contando como foi, com um dom literário que seu filho infelizmente não tem. Aonde nós te deixamos é um lugar lindo e me lembrou daquela vez, quando fomos a São José dos Pinhais, só eu e você, há mais de 10 anos. Você queria me mostrar onde passou sua infância, ou parte dela... Quando estávamos embaixo daquela imensa árvore que você plantou - muito parecida com aquelas sob as quais repousa - você disse: "Meu filho, existe um provérbio que diz que a vida de um homem só é completa quando ele planta uma árvore, tem um filho e escreve um livro. Até agora eu só fiz a parte mais fácil...".

As memórias são tantas... Ultimamente estávamos conversando bastante sobre o passado - sobre o seu passado, pois eu quase não tenho passado. E com toda a sabedoria você me disse que nunca esquecemos de nada, mas existe sempre a hora certa que as memórias voltam. Você nem imagina como me sinto intimidado em lhe escrever, assim publicamente. É uma sensação parecida com a que uma filha do Vinícius teria ao tentar compor. Recebemos, eu e a mãe, muitas demonstrações de carinho, sendo a maioria de seus amigos de verdade, e espero que estes continuem sendo meus amigos. Passamos tão pouco tempo juntos - nem chegou a duas décadas - sendo que levei a primeira para descobrir quem eu era e a segunda para descobrir quem era você, além de simplesmente meu pai. Agora sim, iria começar a aprender um pouco mais...

Felizes foram seus verdadeiros amigos que souberam aproveitar os bons momentos que passaram juntos. Aqueles poucos amigos de verdade, muitas vezes distantes, com quem você muito aprendeu e que muito aprenderam com você. A melhor herança que recebi foram os valores de integridade, honestidade, profissionalismo e de amizade que você me deixou.

As últimas palavras que te disse, meu pai, foram: "Boa noite. Feliz aniversário".

Você estava sorrindo, atrás de sua mesa, bagunçada como sempre, naquela fria noite de domingo. Na manhã seguinte, ao vê-lo caído no chão, ainda vivo por alguns segundos, tentei imaginar por quanto tempo



ficaria desmaiado. Você já tinha nos dado tantos sustos e este certamente seria apenas mais um. Em poucos segundos tive uma sensação diferente. Chamei o hospital e passamos mais alguns minutos juntos. Nós dois caídos no chão, rodeados de livros, discos, vídeos e revistas. Você não poderia ter reparado, mas quando peguei o travesseiro para te deixar mais confortável, notei que você tinha repousado a cabeça sobre a biografia do Woody Allen, de Eric Lax, aquela que você leu em dois daqueles oito dias em que passamos no hospital, no mês passado.

Meu pai, são tantas coisas que eu tenho para te dizer, mas você mesmo sabe que quanto mais uma pessoa fala, mais chance ela tem de cometer gafes, e isto também ocorre quando escrevemos. Esta não é uma carta de despedida, pois ainda conversaremos muito. É apenas um até logo, pois um dia nos encontraremos e você poderá me ensinar muito mais; não só a mim, mas aos seus futuros netos e bisnetos também. Até lá, meu pai, proteja-nos a mim e a minha mãe também, para que eu consiga realizar uma pequena fração do que você fez, para que eu tenha, quando chegar à sua idade, metade dos amigos que você conquistou e, em compensação, tentarei manter a integridade e honestidade que você tanto preza no caráter de um homem, para que eu possa sempre merecer a sua admiração.

Eu te amo pai.

Francisco Millarch

#### Ato da Comissão Executiva

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 220/92

I - exonerar, a pedido, JACIRA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, ANA LÚCIA MIKOSZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de julho de 1992;

III - autorizar ANA LÚCIA MIKOSZ, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 221/92

I - exonerar, a pedido, ANA LÚCIA MIKOSZ, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, JACIRA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1° de julho de 1992.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 222/92

I - exonerar, a pedido, CELIO WILSON DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, LAISE HIROKO SATO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1° de julho de 1992;

III - autorizar LAISE HIROKO SATO DE OLIVEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 223/92

I - exonerar, a pedido, MARTA TEREZINHA SCANDELA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1° de julho de 1992;

II - exonerar, a pedido, MARIA DO CARMO ALMEIDA MANCHINI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1° de julho de 1992.

III - prover, MARIA DO CARMO ALMEIDA MANCHINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Alves, a partir de 1° de julho de 1992.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 224/92

I - prover, JOSÉ DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa, a partir de 1° de julho de 1992;

II - autorizar JOSÉ DOS SANTOS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de julho de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 226/92

retificar o Ato da Comissão Executiva n° 456/91, de 08 de novembro de 1991, para conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula n° 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão SC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e Artigo 140, inciso I e III, da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F; (05) cinco triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6.174/70; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Proposições n°s 7.894/91 e 4.347/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1°, da Lei n° 6.794/76, com nova redação dada pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultante em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.964.281,55 (Hum milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e um cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 23.571.378,60 (vinte e três milhões, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e oito cruzeiros e sessenta centavos).

(Prot. n° 2.546)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 227/92  
retificar o Ato da Comissão Executiva n° 03/92, de 06 de janeiro de 1992, para conceder aposentadoria, a pedido, a NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n° 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e Art. 140, inciso III, da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.-4, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto n° 4.640/89; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6.174/70; um (1) adicional de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Proposições n°s 7.891/91 e 4.347/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 2.472.157,74 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e se-

tenta e quatro centavos), e um total anual de Cr\$ 29.665.892,88 (vinte e nove milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos).

(Prot. n° 5.119)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 228/92  
retificar o Ato da Comissão Executiva n° 096/92, de 31 de março de 1992, para conceder aposentadoria, a pedido a VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n° 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e Art. 140, inciso III, da Lei n° 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.-5, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto n° 4.640/89; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1° da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6.174/70; quatro (04) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Proposições n°s 7.894/91 e 4.347/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1°, da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 2.309.294,49 (dois milhões, trezentos e nove mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros e quarenta e nove centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 27.711.533,88 (vinte e sete milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e oito centavos).

(Prot. n° 618)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 229/92  
conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, matrícula n° 215, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 4-F, conforme Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e Art. 140, incisos I e III, da Lei n° 6.174/70; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4° e parágrafo único da Lei n° 6.174/70; três (03) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Resoluções n°s 7.894/91 e 4.347/92 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços

em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais de Cr\$ 933.506,54 (novecentos e trinta e três mil, quinhentos e seis cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), e um total anual de Cr\$ 11.202.078,48 (onze milhões, duzentos e dois mil, setenta e oito cruzeiros e quarenta e oito centavos).

(Prot. nº 2.900)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/92  
conceder aposentadoria, a pedido, a JACYRA MACHADO BINI, matrícula nº 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" -NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e Art. 140, inciso I, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64, e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, um (01) adicional de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Proposições nºs 4.347/92 e 7.894/91 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 886.332,49 (oitocentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros e quarenta e nove centavos), e um total anual no valor de Cr\$ 10.635.989,88 (dez milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e oito centavos).

(Prot. nº 2.968)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.07.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/92  
mandar pagar, a CORINA MOURA DE REZENDE, viúva do ex-Deputado Estadual RAUL REZENDE FILHO, falecido em 16 de junho de 1992, pensão mensal, de acordo com a Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 180, de 18 de maio de 1964; e, nos termos da Resolução nº 052, de 25 de novembro de 1991, respeitando-se o Artigo 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7.568, de 11 de janeiro de 1982.

(Prot. nº 4.737)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/92

I - exonerar, a pedido, ALEXANDRE TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de julho de 1992;

II - prover, MURILLO MERCER MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de julho de 1992.

(Prot. nº 5.389)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/92

I - exonerar, a pedido, JOSÉ WIGINESKI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de julho de 1992;

II - exonerar, a pedido, AFONSO CELSO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de julho de 1992.

III - prover, JOÃO ADOLFO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de julho de 1992;

IV - prover, IRMA ROSSATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ovídio José Constantino, a partir de 1º de julho de 1992.

(Prot. nº 5.390)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/92

prover, AFONSO CELSO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de julho de 1992.

(Prot. nº 5.393)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/92

I - exonerar, a pedido, CONSTANCE MARIA CORTES SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Deputada Lygia Pupatto, a partir de 1º de julho de 1992;

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Lygia Pupatto, a partir de 1º de julho de 1992, conforme especifica:

3-G: MARCELO RENAUX WILLER

3-G: KENNEDY PIAU FERREIRA

3-G: DORIS MARLI FERREIRA

1-G: APARECIDA DE FÁTIMA BIANCHINI

(Prot. nº 5.394)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/92

I - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO DOS SANTOS PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1992;

II - prover, LUCI APARECIDA BAPTISTA PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1992.

(Prot. n° 5.395)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 237/92

I - exonerar, a pedido, RONILDA DE ALMEIDA LEÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.396)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.07.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 238/92

prover, SANTINA CONCEIÇÃO DA FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.426)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.07.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 239/92

I - exonerar, a pedido, LORENA MARIA PELOW, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, DALVA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.443)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 240/92

I - exonerar, a pedido, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1992;

III - prover, ANTONIO PEREIRA DE REZENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.456)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 241/92

I - exonerar, a pedido, ANTONIO PEREIRA DE REZENDE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, PAULO CESAR GONÇALVES DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de julho de 1992;

III - exonerar, a pedido, ELVIRA TEI-

XEIRA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de julho de 1992;

IV - prover, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de julho de 1992;

V - prover, ARISTOCLETO JOSE PORTELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n°s 5.459 e 5.460)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 242/92

I - exonerar, a pedido, ADELAIDE FERAZ DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, ELVIRA DRESSENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.464)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 243/92

I - exonerar, a pedido, MARIA HELENA DA SILVA SAVELLI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de julho de 1992;

II - prover, MARIA HELENA DA SILVA SAVELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de julho de 1992;

III - exonerar, a pedido, LORY MENDES PORTELLA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de julho de 1992;

IV - prover, ANTONIO AUGUSTO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de julho de 1992;

V - prover, SÉRGIO GUGISCH MOREIRA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1° de julho de 1992.

(Prot. n° 5.507)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.07.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 244/92

exonerar, a pedido, SUELY MARIA FOLDA DULEBA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 16 de julho de 1992.

(Prot. n° 5.664)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.07.92

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 246/92  
autorizar, o vice-Governador do Estado do  
Paraná, MARIO PEREIRA, a se ausentar do  
País, no período compreendido entre 17 a  
21 do corrente mês, em visita Oficial ao  
Paraguai, para tratar de assuntos relacio-  
nados com o MERCOSUL, em especial a expor-

Curitiba, terça, em 04.08.92

tação de soja paraguaia via Porto de Para-  
naguã.

(Prot. n° 5.591)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.07.92

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - 1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2° Secretário

A. L. E. P

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM

CELEPAR

BALANCE FINANCEIRO

DE 01 a 30 DE JUNHO DE 1992.

ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

B09

REF. - SCM245  
PAG. - 1  
DATA - 29.05.92

NO MES

ATE O MES

ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS CORRENTES

RECEITA		
Receita tributária .....	0,00	0,00
Receita de contribuições .....	0,00	0,00
Receita patrimonial .....	0,00	0,00
Receita agropecuária .....	0,00	0,00
Receita industrial .....	0,00	0,00
Receita de serviços .....	0,00	0,00
Transferências correntes .....	6.020.000,00	17.995.000,00
Outras receitas correntes .....	0,00	0,00
	<u>6.020.000,00</u>	<u>17.995.000,00</u>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito .....	0,00	0,00
Alienação de bens .....	0,00	0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00	0,00
Transferências de capital .....	0,00	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>6.020.000,00</u>	<u>17.995.000,00</u>

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

Dêbitos de tesouraria .....	0,00	16.301.421,94
Depósitos de diversas origens .....	298.894.822,49	1.525.353.839,67
Depósitos extrajudiciais .....	1.537.432.937,49	6.424.175.430,42
Acordos e Convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
	<u>1.836.327.759,98</u>	<u>7.965.830.692,03</u>

SALDOS DO MES ANTERIOR

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	6.489.890.450,35	2.252.882.942,59
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras .....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
	<u>6.489.890.450,35</u>	<u>2.252.882.942,59</u>
TOTAL .....	<u>14.346.218.210,33</u>	<u>28.213.713.634,62</u>

ORÇAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio .....4.015.808.781,67  
Transferências correntes .....1.710.178.272,58  
5.725.987.054,25

12.038.863.121,74  
4.518.888.882,20  
16.557.752.003,94

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos ..... 0,00  
Inversões Financeiras ..... 0,00  
Transferências de Capital ..... 0,00

0,00  
0,00  
0,00

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a pagar ..... 0,00  
Pagamentos..... 0,00  
Cancelamentos..... 0,00

33.752.317,51  
0,00  
33.752.317,51

Débitos de tesouraria..... 0,00  
Depósitos de diversas origens..... 0,00  
Depósitos extraordinários .....716.262.747,81  
Acordos e convênios ..... 0,00  
Contas a regularizar ..... 0,00  
Outras operações ..... 0,00

0,00  
0,00  
3.718.240.904,90  
0,00  
0,00  
3.718.240.904,90

716.262.747,81

3.718.240.904,90

SALDOS PARA O MES SEGUINTE

Caixa ..... 0,00  
Bancos conta movimento .....7.903.968.408,27  
Bancos conta vinculada ..... 0,00  
Contas aplicações financeiras ..... 0,00  
Conta poupança ..... 0,00

0,00  
7.903.968.408,27  
0,00  
0,00  
7.903.968.408,27

TOTAL.....14.346.218.210,33

28.213.713.634,62

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade



A. L. E. P.

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM

CELEPAR

BALANCE FINANCEIRO

DE 01 a 30 DE JUNHO DE 1992.

ORÇÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REF. - SCM245  
PAG. - 1  
DATA - 30.06.92

NO MES

ATE 0 MES

ORÇAMENTARIA

RECEITA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária .....	0,00	0,00
Receita de contribuições .....	0,00	0,00
Receita patrimonial .....	0,00	0,00
Receita agropecuária .....	0,00	0,00
Receita industrial .....	0,00	0,00
Receita de serviços .....	0,00	0,00
Transferências correntes .....	5.760.000,00	23.755.000,00
Outras receitas correntes .....	0,00	0,00
<b>5.760.000,00</b>		<b>23.755.000,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito .....	0,00	0,00
Alienação de bens .....	0,00	0,00
Amortização de empréstimos .....	0,00	0,00
Transferências de capital .....	0,00	0,00
Outras receitas de capital .....	0,00	0,00
<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>5.760.000,00</b>		<b>23.755.000,00</b>

EXTRA ORÇAMENTARIA

Débitos de tesouraria .....	0,00	16.801.421,94
Depósitos de diversas origens .....	422.773.530,38	1.948.127.370,05
Depósitos extraordinários .....	1.502.073.824,20	7.926.249.254,62
Acordos e Convênios .....	0,00	0,00
Contas a regularizar .....	0,00	0,00
Outras operações .....	0,00	0,00
<b>1.924.847.354,58</b>		<b>9.890.678.046,61</b>

SALDOS DO MES ANTERIOR

Caixa .....	0,00	0,00
Bancos conta movimento .....	7.903.968.408,27	2.252.882.942,59
Bancos conta vinculada .....	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras .....	0,00	0,00
Conta poupança .....	0,00	0,00
<b>7.903.968.408,27</b>		<b>2.252.882.942,59</b>

TOTAL .....15.588.815.762,85

35.898.560.989,20

ORÇAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio ..... 4.013.347.399,80  
Transferências correntes ..... 1.661.761.658,20  
5.675.109.058,00

16.052.210.521,54  
6.190.650.540,40  
22.232.861.061,94

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos ..... 0,00  
Inversões Financeiras ..... 0,00  
Transferências de Capital ..... 0,00  
0,00

0,00  
0,00  
0,00  
0,00

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a pagar ..... 8.810.227,97  
Pagamentos ..... 0,00  
Cancelamentos ..... 8.810.227,97

42.562.545,48  
0,00  
42.562.545,48

Débitos de tesouraria ..... 0,00  
Depósitos de diversas origens ..... 0,00  
Depósitos extrajudiciais ..... 1.081.232.601,27  
Acordos e convênios ..... 0,00  
Contas a regularizar ..... 0,00  
Outras operações ..... 0,00  
1.081.232.601,27

0,00  
0,00  
4.799.473.506,17  
0,00  
0,00  
0,00  
4.799.473.506,17

1.090.042.829,24

4.842.036.051,65

SALDOS PARA O MES SEGUINTE

Caixa ..... 0,00  
Bancos conta movimento ..... 8.823.663.875,61  
Bancos conta vinculada ..... 0,00  
Contas aplicações financeiras ..... 0,00  
Conta poupança ..... 0,00  
8.823.663.875,61

0,00  
8.823.663.875,61  
0,00  
0,00  
0,00  
8.823.663.875,61

TOTAL ..... 15.598.915.762,85

35.898.560.989,20

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade